



**A CADEIA PRODUTIVA DO GARIMPO DE OURO E CASSITERITA EM RONDÔNIA:  
ENTRE A ECONOMIA INFORMAL, A ILEGALIDADE E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS <sup>1</sup>**

**THE PRODUCTION CHAIN OF GOLD AND CASSITERITE MINING IN RONDÔNIA:  
BETWEEN THE INFORMAL ECONOMY, ILLEGALITY, AND HUMAN RIGHTS VIOLATIONS**

**LA CADENA PRODUCTIVA DE LA MINERÍA DE ORO Y CASITERITA EN RONDÔNIA:  
ENTRE LA ECONOMÍA INFORMAL, LA ILEGALIDAD Y LAS VIOLACIONES DE  
DERECHOS HUMANOS**

**Thais Bernardes Maganhini <sup>2</sup>**

**Diego de Araujo Costa <sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Resumo apresentado ao GT Direito Ambiental, Políticas Públicas e Bioeconomia na Amazônia, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

<sup>2</sup>Com vasta experiência acadêmica e profissional, a docente atua no Programa de Doutorado e Mestrado em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/Unir) e no curso de Direito da UNIR, lecionando disciplinas como Direito Ambiental e Constitucional. Doutora em Direito pela PUC-SP com tese premiada internacionalmente, sua pesquisa concentra-se em Direito Ambiental, sustentabilidade na Amazônia e acesso à justiça. É líder do Grupo de Pesquisa em Direito Constitucional, Sustentabilidade e Acesso à Justiça (DCOAJUDS) e conselheira no Conselho de Direitos Humanos de Rondônia. E-mail: [tbm@unir.br](mailto:tbm@unir.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6368380758506294> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1603-2747>

<sup>3</sup>Perito Criminal com formação interdisciplinar em Direito (UNIR) e Geologia (UFC), combinando conhecimentos jurídicos e geocientíficos. Possui mais de dez anos de experiência em órgãos públicos, atuando com foco em Direito Ambiental, Minerário e licenciamento, especialmente na Amazônia. Sua expertise técnica é aplicada na análise de impactos ambientais, mineração e ordenamento territorial, com a produção de pareceres e estudos fundamentados. E-mail: [diegoaraujoufc@yahoo.com.br](mailto:diegoaraujoufc@yahoo.com.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5228033347033690> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4006-2866>



## Resumo

A pesquisa propõe investigar a cadeia produtiva do garimpo de ouro e cassiterita no estado de Rondônia, destacando sua inserção em circuitos econômicos informais e os impactos sociais, ambientais e trabalhistas decorrentes da mineração ilegal. O estudo busca compreender como as relações produtivas e institucionais dessa atividade contribuem para a violação sistemática de direitos humanos, em especial o trabalho infantil, o trabalho análogo à escravidão e a degradação ambiental. Fundamentado em abordagem qualitativa, o projeto se apoia em autores como Castells e Portes (1989), Bebbington (2008) e Acselrad (2004), e emprega técnicas de análise documental, entrevistas e elaboração de mapas temáticos. O produto técnico resultante será um Relatório Diagnóstico Técnico-Geossocial, com mapeamento dos elos produtivos e das condições de vulnerabilidade em áreas garimpeiras. Espera-se que os resultados subsidiem políticas públicas voltadas à promoção do trabalho decente, à fiscalização mineral e à justiça socioambiental na Amazônia Legal.

**Palavras-chave:** garimpo; direitos humanos; economia informal; trabalho escravo; justiça socioambiental.

## Introdução

O garimpo de ouro e cassiterita em Rondônia constitui um fenômeno histórico de grande relevância socioeconômica e territorial na Amazônia. Desde o século XX, a atividade minerária tem impulsionado a ocupação de áreas remotas, oferecendo alternativas econômicas em regiões carentes de infraestrutura estatal. Entretanto, nas últimas décadas, esse processo vem se consolidando sob um modelo predominantemente informal e ilegal,



caracterizado pela ausência de regulação, exploração de mão de obra vulnerável e degradação ambiental severa (BEBBINGTON, 2008).

O sistema de produção garimpeiro envolve uma cadeia complexa de agentes, que vai do trabalhador diretamente envolvido na extração ao atravessador e comprador final do minério (CASTELLS; PORTES, 1989). Essa rede subterrânea opera em circuitos econômicos paralelos e alimenta fluxos ilícitos de capital, dificultando a atuação fiscalizatória do Estado e perpetuando ciclos de exploração e exclusão social. Além disso, o avanço do garimpo sobre áreas indígenas e unidades de conservação intensifica conflitos socioambientais e viola princípios constitucionais como o da dignidade da pessoa humana e da proteção ambiental (ACSELRAD, 2004).

Diante desse contexto, o projeto insere-se na linha de Justiça Socioambiental e Sociedades Amazônicas, propondo analisar criticamente os elos produtivos, as formas de recrutamento e as condições de trabalho no garimpo rondoniense, com vistas à formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade e à promoção dos direitos fundamentais.

A relevância científica e social deste estudo reside na necessidade de compreender o garimpo ilegal como expressão de desigualdades estruturais e violações sistemáticas de direitos humanos. Em Rondônia, as atividades de extração mineral em pequena escala frequentemente se desenvolvem fora dos marcos legais, em contextos marcados por exploração laboral, insegurança ambiental e omissão estatal.

De acordo com Minayo (2014), compreender a realidade social amazônica requer abordagem interdisciplinar que integre dimensões econômicas, jurídicas, ambientais e culturais. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela urgência de se diagnosticar as dinâmicas



socioeconômicas e institucionais que sustentam a mineração informal, com o intuito de subsidiar políticas públicas que enfrentem a violação de direitos fundamentais.

Além disso, a investigação dialoga com a Agenda 2030 da ONU, em especial os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8 e 16), que tratam do trabalho decente e da paz, justiça e instituições eficazes. O estudo também contribui para o fortalecimento das políticas nacionais de erradicação do trabalho escravo e infantil, promovendo uma reflexão crítica sobre a responsabilidade do Estado na fiscalização e na proteção de trabalhadores amazônicos.

## **Desenvolvimento**

O projeto estrutura-se em torno de três eixos teóricos principais: a economia subterrânea, o trabalho escravo contemporâneo e a justiça socioambiental na Amazônia.

Primeiramente, a partir das contribuições de Castells e Portes (1989) e Tilly e Tilly (1998), compreende-se a mineração ilegal como parte da economia informal global, que movimenta cadeias produtivas invisíveis ao controle estatal e reproduz assimetrias de poder e renda. No segundo eixo, autores como Acselrad (2004) e Bebbington (2008) destacam a correlação entre exploração mineral, degradação ambiental e precarização social. Por fim, no campo jurídico e dos direitos humanos, o estudo dialoga com o art. 149 do Código Penal, que define o trabalho análogo à escravidão, e com as Convenções nº 29 e 182 da OIT, que tratam da abolição do trabalho forçado e da erradicação das piores formas de trabalho infantil.

A pesquisa adota abordagem qualitativa (DELLAGNELO; SILVA, 2005; FLICK, 2009), fundamentada em análise documental, entrevistas e observação direta em áreas



garimpeiras. As regiões de Porto Velho, Ariquemes e Vale do Guaporé serão estudadas como estudos de caso (YIN, 2015), dada sua relevância histórica na produção de ouro e cassiterita.

Os dados serão obtidos por meio de levantamento bibliográfico e análise documental junto a órgãos públicos como ANM, IBGE, SEDAM, MPF e MPT, além de relatórios de ONGs (Kanindé, ISA). Entrevistas semiestruturadas com garimpeiros, fiscais e lideranças comunitárias buscarão identificar as formas de recrutamento, condições de trabalho e atuação dos órgãos fiscalizadores. O método indutivo permitirá compreender as inter-relações entre os elos produtivos e as violações de direitos (CRESWELL, 2014).

Os dados qualitativos serão tratados por meio da análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), enquanto os dados quantitativos complementares (número de garimpos, notificações trabalhistas, casos de trabalho infantil) serão sistematizados em mapas temáticos georreferenciados com o uso de softwares como QGIS e PowerBI.

Como produto técnico, o estudo resultará em um Relatório Diagnóstico Técnico-Geossocial, contendo mapas, painéis interativos e recomendações de políticas públicas para órgãos de controle e instituições de justiça. Esse instrumento pretende servir de base para ações civis públicas, fiscalizações integradas e estratégias de mediação institucional entre Estado, comunidades e agentes econômicos.

## **Considerações Finais**

A mineração ilegal em Rondônia reflete um modelo de desenvolvimento excludente, baseado na exploração intensiva de recursos naturais e na violação sistemática de direitos humanos e ambientais. A pesquisa propõe uma análise crítica e interdisciplinar dessa



realidade, evidenciando que a cadeia produtiva do garimpo está imersa em um sistema de economia subterrânea, que combina dependência econômica, informalidade e ausência de regulação estatal.

Ao mapear os elos produtivos, identificar práticas ilegais e propor mecanismos de intervenção, o estudo busca contribuir para a formulação de políticas públicas integradas, pautadas na promoção do trabalho decente, na justiça socioambiental e no fortalecimento das instituições de fiscalização.

O Relatório Técnico resultante constituirá uma ferramenta prática para a atuação do Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos ambientais e entidades civis, possibilitando ações concretas de combate ao trabalho escravo e à degradação ambiental.

Dessa forma, o projeto reafirma o papel da pesquisa acadêmica como instrumento de transformação social, promovendo uma Amazônia mais justa, sustentável e humana, onde a exploração mineral ocorra sob os princípios da legalidade, da dignidade e do respeito aos direitos fundamentais.

## Referências

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 5–16, jun. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEBBINGTON, Anthony. **Extractive industries and stunted states: conflict, responsibility and institutional change in the Andes**. In: AUTY, Richard; MURPHY, Raymond F. (org.). Natural resources and development. New York: Routledge, 2008. p. 97–115.



CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro. **O mundo subterrâneo: as origens, dinâmicas e efeitos da economia informal**. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren A. (org.). *A economia informal: estudos em países desenvolvidos e em desenvolvimento*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989. p. 11–37.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DELLAGNELO, Adriana; SILVA, Vera Lúcia M. da. **A construção da metodologia qualitativa: do planejamento à redação**. In: ZANELLA, Ana V. (org.). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning, 2005. p. 45–64.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael; SALDAÑA, Johnny. **Qualitative data analysis: a methods sourcebook**. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TILLY, Charles; TILLY, Chris. **Work under capitalism**. Boulder: Westview Press, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.